

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.998 - RJ (2018/0284285-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
ADVOGADOS : LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445
ANA FLÁVIA DOS SANTOS RIGOTO FERREIRA - RJ179845
LADISLAU FONSECA DE SOUZA NETO - RJ188847
AGRAVADO : ROSIANE LOPES BITTENCOURT
ADVOGADO : LILIANE F. MOTTA - RJ101072

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A contra decisão do Ministro Presidente desta Corte (fls. 619-620), que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da intempestividade desse último.

Sustenta a parte recorrente que nos dias 12 e 14 de fevereiro de 2018, não houve expediente forense no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estando suspensos os prazos processuais, sendo pois tempestiva a interposição do recurso especial protocolado em 23.8.2018, já que o acórdão foi publicado em 3.8.2018. Considerando a suspensão dos prazos nos dias acima mencionados, o prazo somente se findaria em 27.2.2018.

Alega nas razões do agravo que "deve-se destacar que a Ampla comprovou o feriado local no momento da interposição do A.Resp, conforme comprovante anexo (fls. 563), não havendo o que se falar em intempestividade do agravo" (fl. 626).

Requer o conhecimento e provimento deste agravo, para que seja admitido o agravo em recurso especial de fls. 553-562 contra decisão que não admitiu esse último, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado (fl. 461-462):

DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. AMPLA. CONSULTÓRIO DENTÁRIO INUTILIZADO POR INCÊNDIO PROVOCADO POR FUNCIONÁRIOS DA RÉ. CONSUMIDORA POR EQUIPARAÇÃO. ARTIGO 17 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AGRAVO RETIDO REQUERENDO A REFORMA DA DECISÃO DE FL.279, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DENUNCIAÇÃO À LIDE DA SEGURADORA MAPFRE SEGUROS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA PARTE RÉ, VISANDO À REFORMA INTEGRAL DO JULGADO. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA PARTE AUTORA REQUERENDO A MAJORAÇÃO DA VERBA ARBITRADA A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS.

1 - Agravo retido da parte Ré conhecido e não provido, na medida em que a modalidade de intervenção de terceiro pretendida pela Agravante

não é admitida pela legislação consumerista, consoante o disposto no artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor.

2 - Compulsando os autos, verifica-se que os documentos da perícia da Polícia Civil e o laudo pericial do Juízo a fl.299 demonstram que o incêndio que destruiu o consultório da Autora se deu por culpa dos funcionários da Ré que estavam no local fazendo a manutenção ou teste na rede, gerando enormes prejuízos com a inutilização de seus equipamentos, impedindo a mesma de exercer sua profissão por longo período, causando-lhe traumas e transtornos acima do tolerável. Excludentes de responsabilidade não comprovadas. Fato do serviço devidamente caracterizado.

2 – Nada obstante tal posição acima explicitada, verifica-se que a sentença julgou procedente o pedido de danos materiais, condenando a Ré ao pagamento do valor solicitado em peça inicial, qual seja, R\$33.000,00(trinta e três mil reais) corrigidos monetariamente e com incidência de juros moratórios de 1 % ao mês, não podendo este julgador, sob pena de violação do princípio da congruência, correlação ou adstrição da sentença ao pedido (arts. 141 e 492 do CPC), majorar a verba arbitrada sob o título de danos materiais, em um valor superior ao solicitado em peça vestibular, com base no que fora exposto pela Autora, em alegações finais a fls.363/381.

3- Dano moral configurado. Verba compensatória (R\$ 10.000,00) adequada aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem olvidar a natureza punitivo-pedagógica da condenação.

4 - Recursos não providos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 514).

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 373, I do CPC, 884 c/c 944 e 945 do Código Civil. Além disso, nos termos do art. 489, II e 1022 do CPC/2015.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 423-430.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, no que respeita à insurgência quanto tempestividade do recurso especial, em virtude da suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com razão a recorrente. De fato, os documentos às fls. 563 comprovam a suspensão dos prazos processuais nas datas acima mencionadas. Reconheço, pois, a tempestividade do recurso especial.

3. Superada essa questão inicial, passo ao exame do recurso.

Acerca da afronta aos arts. 489, II e 1022, do CPC/2015, não prospera o recurso, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.

4. Quanto à alegação de violação ao art. 373, I do CPC, melhor sorte não socorre ao apelo.

A recorrente afirma que que em momento algum restou provada qualquer participação da recorrente na ocorrência do suposto incêndio que teria atingido o imóvel em questão, seja culposa ou dolosamente, conforme seria dever da recorrida comprovar e que deveria a recorrida ter feito prova da culpa da recorrente no evento, eis que fundamenta seus pedidos na vistoria realizada no local pelos funcionários da recorrente.

Argumenta, ainda, inexistir nexo de causalidade, já que o curto-circuito foi causado por problemas na rede elétrica interna do imóvel, cuja manutenção e adequação às normas técnicas e de segurança são de exclusiva responsabilidade do usuário/consumidor.

Assevera que que até o ponto de entrega (limite da responsabilidade da concessionária de distribuição de energia elétrica) não havia e não há qualquer irregularidade nas instalações da recorrente.

Concluiu que a causa imediata e eficaz para a ocorrência do evento danoso foi, justamente, a deficiência da rede elétrica interna do imóvel, de modo que não há nexo de causalidade entre o atuar dos funcionários da recorrente e os danos experimentados pela recorrida.

Nessa linha, defende que o juízo a quo acolheu os infundados argumentos e condenou a apelante ao pagamento de indenização cujo valor foi arbitrado em evidente desproporção, configurando enriquecimento sem causa ao recorrido, o que é totalmente vedado por nosso ordenamento jurídico, nos termos do caput do art. 884 do Código Civil.

Acerca dos fatos sobre os quais analisou-se o direito, manifestou-se o acórdão fluminense, nos seguintes termos (fls. 470-471):

Milita em prol da parte Autora, segundo os princípios e as regras do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, presunção de defeito na prestação do serviço, operando-se, em seu benefício, inversão legal do ônus da prova em relação do defeito de segurança do produto/serviço. Competirá ao fornecedor, deste modo, para se eximir de qualquer responsabilidade, provar a inexistência de defeito na prestação do serviço ou que o fato danoso seria atribuível exclusivamente a terceiros. É, portanto, ônus da concessionária Ré a produção inequívoca da prova liberatória. Desse ônus, todavia, não se desincumbiu, pelo que o fato do serviço foi bem reconhecido pelo r. juízo a quo.

Compulsando os autos, verifica-se que os documentos da perícia da Polícia Civil e o laudo pericial do Juízo a fl.299 demonstram que o incêndio que destruiu o consultório da Autora se deu por culpa dos funcionários da Ré que estavam no local fazendo a manutenção ou teste na rede, gerando enormes prejuízos com a inutilização de seus equipamentos, impedindo a mesma de exercer sua profissão por longo período, causando-lhe traumas e transtornos acima do tolerável.

Nada obstante tal posição acima explicitada, verifica-se que a sentença julgou procedente o pedido de danos materiais, condenando a Ré ao pagamento do valor solicitado em peça inicial, qual seja, R\$33.000,00 (trinta e três mil reais) corrigidos monetariamente e com incidência de juros moratórios de 1 % ao mês, não podendo este julgador, sob pena de violação do princípio da congruência, correlação ou adstrição da sentença ao pedido (arts. 141 e 492 do CPC), majorar a verba arbitrada sob o título

de danos materiais, em um valor superior ao solicitado em peça vestibular, com base no que fora exposto pela Autora, em alegações finais a fls.363/381.

O dano moral, na espécie, se configura *in re ipsa*.

Resta, pois, a análise da verba compensatória arbitrada.

Tenho que a mesma não deve se constituir em fonte de enriquecimento indevido do lesado e, por isso, deve ser arbitrada com moderação e prudência pelo julgador. Por outro lado, não deve ser insignificante, considerando-se a situação econômica do ofensor, eis que, de igual modo, não pode constituir estímulo à manutenção de práticas que agredam e violem direitos do consumidor.

A verba compensatória deve, ainda, cumprir seu caráter punitivo, já que, sob o pretexto equivocado de não enriquecer indevidamente o ofendido, protege-se o cada vez mais rico agressor, em uma total inversão de valores, mormente quando se percebe que não se trata o dos autos de um caso isolado, senão outro dentre as dezenas de casos que, em insignificante minoria, batem às portas do Poder Judiciário clamando por Justiça.

Penso que, no particular, houve-se com inegável acerto o MM. Juiz de Direito Euclides de Lima Miranda, que, arbitrando a verba compensatória com moderação e prudência (R\$ 10.000,00), em conformidade com o princípio da proporcionalidade, bem observou o caráter punitivo-pedagógico de que deve se revestir a mesma, garantindo-se, destarte, a correta e destemida aplicação do princípio da efetividade, à luz da teoria do desestímulo.

Nesse contexto, verifico que o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. INCÊNDIO. INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 186, 393 E 927 DO CC; E 131 E 333, I, DO CPC. ACÓRDÃO APOIADO EM PREMISSAS FÁTICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Código de Defesa do Consumidor somente afasta a responsabilidade da prestadora de serviço público quando esta "provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro" (art. 14, § 3º, da Lei n. 8.078/90).

2. No caso, as instâncias ordinárias, soberanas na análise fática da causa, concluíram que a companhia de energia elétrica não produziu prova capaz de demonstrar a culpa das vítimas na ocorrência do sinistro (incêndio na caixa de distribuição de energia e destruição da moradia dos ora agravados).

3. Afirmaram, ainda, que a retirada dos postes pela própria concessionária, após o incêndio, impossibilitou a produção de prova pericial.

4. Assim, a inversão do julgado, seja para afastar a prova do ato ilícito seja para a configuração do nexo causal, demandaria a incursão na seara

fática dos autos, providência inadmissível na via eleita, a teor da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 317.485/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 13/11/2013)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL.
RESPONSABILIDADE CIVIL.

CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. INCÊNDIO. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES. ALEGADA VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS REFERIDOS AO MÉRITO. TENTATIVA DE REVISÃO DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE OS ACÓRDÃOS.

1. Cuida-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou conhecimento ao recurso especial com fundamento na Súmula 284/STF, por analogia e na Súmula 07/STJ, aplicada ao suscitado dissídio jurisprudencial.

2. O caso originário versa sobre ação de indenização por perdas e danos, em decorrência de incêndio, que foi ajuizada por particular contra empresa concessionária de distribuição de energia elétrica; a condenação da empresa foi mantida pelo acórdão recorrido, com base na interpretação de laudos e demais provas coletadas.

3. Não são indicados os elementos omissos, nem sequer se detalham quais seriam os vícios do julgado; a alegação genérica de violação do art. 535 do CPC enseja o não conhecimento, devido o óbice da Súmula 248/STF por analogia. Precedentes: EDcl no AgRg no AREsp 134.886/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26.11.2012; e AgRg no AREsp 186.196/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 26.11.2012.

4. No mérito, a recorrente argumenta que não seria cabível a indenização, pois teria o fato ocorrido por falha na rede interna da recorrida, em divergência aos fundamentos fáticos que ensejaram a aplicação do dever de indenizar. Em casos semelhantes, o STJ tem consignado que tal reapreciação não seria possível, já que demandaria o revolvimento do acervo fático e probatório, vedado pela Súmula 07/STJ. Precedentes: REsp 1.096.409/RN, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 27.5.2009; e AgRg no AREsp 235.664/PE, Rel.

Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26.11.2012.

5. A incidência da Súmula 07/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, em virtude da situação fática do caso concreto, com base na qual foi dada solução à causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1257234/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 16/04/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INCÊNDIO EM LOCALIDADE. POSTES DE ENERGIA ELÉTRICA. CONCESSIONÁRIA. PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE E DO DANO. VALORAÇÃO DAS PROVAS PELOS MAGISTRADO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à insuficiência das provas da existência do nexo de causalidade e do dano demandaria o reexame do conjunto fático-probatório.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 257.175/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 14/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. ESTADO E CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. INCÊNDIO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. SUPOSTA OFENSA AOS ARTS. 6º, VIII, E 14 DO CDC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, II, 535, II, 551, § 1º, E 554, DO CPC, E 128 DA LC 35/79 (LOMAN). NÃO-OCORRÊNCIA. DOUTRINA. PRECEDENTES.

1. É inadmissível a suposta ofensa aos arts. 6º, VIII, e 14 do CDC, por falta de prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF).

2. O Tribunal de Justiça, com base nos fatos e provas, concluiu que: (I) não há nexo de causalidade entre o evento e qualquer conduta (ação/omissão) da concessionária de serviço público e do Estado do Maranhão; (II) o incêndio não foi potencializado por negligência ou imperícia do Corpo de Bombeiros, que somente foi acionado uma hora depois de iniciado o sinistro; (III) o incêndio foi provocado por curto-circuito ocorrido na rede elétrica interna do imóvel, sob responsabilidade da proprietária-recorrente, e não na externa, o que afasta a obrigação da concessionária de energia elétrica.

3. O julgamento da alegada responsabilidade civil pelo fato do serviço (CDC, art. 14) ? seja para se reconhecer a existência de ação/omissão imputáveis à concessionária e ao Estado, seja para se estabelecer o nexo causal entre a ação/omissão e o incêndio ? pressupõe, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ).

(...)

11. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.

(REsp 654.684/MA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2007, DJ 14/06/2007, p. 252)

5. No mais, em relação ao *quantum* indenizatório, somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização fixada a título de dano moral, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7/STJ

para possibilitar sua revisão. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA CONSTRUTORA.

1. Não se configura a violação ao art. 535 do CPC/73, quando o Tribunal local pronuncia-se de forma fundamentada sobre as questões postas para análise, ainda que contrariamente aos interesses da parte recorrente. Precedentes.

2. No caso sub judice, o Tribunal de origem consignou expressamente estar comprovada a presença dos requisitos necessários à responsabilização da construtora ao pagamento dos danos morais decorrentes do atraso na entrega do imóvel. Para rever tal conclusão seria imprescindível a incursão na seara probatória dos autos, o que não é permitido nesta instância especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 826.605/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018)

Na hipótese, a Corte de origem, consideradas as peculiaridades do caso em questão, arbitrou a indenização em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia que não se afigura elevada a ponto de ensejar a intervenção deste Superior Tribunal de Justiça.

6. Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada, em juízo de retratação, e nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator